AFRICA INSIGHTS

Notícias actualizadas do continente

NEWSLETTER

ETIÓPIA EXCLUI POSSIBILIDADE DE GUERRA COM A ERITREIA



Edição Inaugural

DESTAQUES

- **RDC:** M23 anuncia retirada da Cidade de Walikale
- **Cimeira:** Situação humanitária na RDC preocupa Chefes de Estado
- **Angola:** País retira-se da mediação do conflito entre a RDC e o Rwanda
- **Rwanda:** Kigali corta relações diplomáticas com Bélgica
- **Moçambique:** Chapo e Mondlane abordam o futuro do país
- **Argélia:** França descarta intenção de guerra com o país
- **Senegal:** França inicia processo de retirada de militares do país
- **Níger:** Governo anuncia retirada da OIF
- **14** *Guiné-Bissau:* Embaló defende reforço dos poderes presidenciais
- **16 Uganda:** Juíza condenada no Reino Unido por tráfico humano
- **17 África do Sul:** Oposição solidária com Presidente Ramaphosa
- **Nações Unidas:** Guterres defende revisão das Operações de Paz
- **19 Sudão:** País suspende todas importações do Quénia
- **Somália:** Presidente escapa a atentado à bomba do Al-Shabab

RDC

M23 anuncia retirada da Cidade de Walikale



Aliança do Rio Congo (AFC,), que inclui o grupo rebelde Movimento 23 de Março (M23), anunciou a retirada das suas forças da cidade de Walikale, na RDC.

"Em conformidade com o cessar-fogo unilateral declarado em 22 de Fevereiro de 2025, e para apoiar as iniciativas de paz destinadas a promover condições propícias a um diálogo político para abordar as causas profundas do conflito no leste da RDC, o AFC-M23 decidiu deslocar as suas forças da cidade de Walikale, [na província de Kivu do Norte e arredores", anunciou o porta-voz do grupo rebelde, Lawrence Kanyuka, na rede social X.

"Apelamos aos habitantes de Walikale e aos seus líderes comunitários para que tomem as medidas necessárias para garantir a segurança e a proteção da população civil e dos seus bens durante esta transição", acrescentou Kanyuka.

O M23 assumiu o controlo de Walikale, o centro administrativo do território de Walikale e uma região rica em minerais, especialmente ouro, na quarta-feira à noite. Walikale, que tem cerca de 15 mil habitantes, está situada a pouco mais de 120 quilómetros a noroeste de Goma, a capital do Kivu do Norte, que foi capturada pelo M23 em Janeiro.

O porta-voz dos rebeldes advertiu, no entanto, que "qualquer provocação ou novos ataques" do exército congolês e dos seus aliados "contra a população civil, incluindo as zonas libertadas" e as suas "posições, resultarão numa reversão automática desta decisão".

Kanyuka sublinhou que a AFC-M23 "continua empenhada" numa resolução pacífica do conflito e reiterou o seu compromisso de "proteger e defender a população civil, bem como as suas posições".

O M23, apoiado pelo Rwanda - segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) e países como os Estados Unidos da América, a Alemanha e a França - controla numerosos territórios no leste da RDC, incluindo as capitais das províncias do Kivu do Norte e do Sul, que fazem fronteira com o Rwanda e são ricas em minerais como o ouro e o coltan, essenciais para a indústria tecnológica e para o fabrico de telemóveis.

Situação humanitária na RDC preocupa Chefes de Estado

Os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade da África Oriental (CAO) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) estão preocupados com a precariedade da segurança e da situação humanitária no Leste da República Democrática do Congo (RDC).



















ste posicionamento consta do comunicado final da Cimeira Conjunta que decorreu segunda-feira, 24 de março, de forma virtual.

A Cimeira Conjunta congratulou-se com o anúncio feito pelas Forças Armadas da RDC (FARDC) de suspender todas as operações ofensivas contra o grupo M23 e com a decisão deste último de reposicionar as suas forças na cidade de Walikale e nas suas imediações.

Apreciado o relatório da Sessão Ministerial Conjunta sobre a situação de segurança prevalecente no Leste da RDC, a Cimeira orientou os chefes do Estado-Maior das Forças de Defesa da CAO-SADC a iniciarem um diálogo directo com as partes em conflito a nível militar, a fim de alcançarem um cessar-fogo incondicional, a cessação das hostilidades e da expansão territorial, com o objectivo de permitir a livre circulação das agências humanitárias, a abertura dos aeroportos (Goma e Kavumu) e a evacuação ininterrupta da zona de conflito.

Co-presidida pelo Presidentes do Quénia e presidente da CAO, William Ruto, e do Zimbabwe, na qualidade de presidente da SADC, Emmerson Mnangagwa, a Cimeira contou com a participação de vários Chefes de Estado e de Governo, e do ministro das Relações Exteriores de Angola, Téte António, em representação do Presidente João Lourenço. A reunião deliberou pela criação de um Mecanismo Conjunto de Verificação da CAO e da SADC para controlar a cessação das hostilidades e garantir um cessar-fogo incondicional.

Tendo em conta a presença no terreno do Mecanismo Alargado de Verificação Conjunta (EJVM) da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e da MONUSCO, a Cimeira Conjunta orientou o secretariado da CAO e o secretariado da SADC no sentido de dialogarem com a CIRGL e explorarem a possibilidade de reforçar o Mecanismo.

Por outro lado, refere o comunicado, a Cimeira Conjunta orientou os ministros da CAO-SADC no sentido de constituírem uma equipa conjunta de avaliação técnica no terreno de ambas as comunidades, composta por 12 a 16 peritos das forças armadas e de outras agências governamentais, para avaliar a situação humanitária e de segurança nas províncias do Kivu Norte e do Kivu Sul, bem como o estado das infra-estruturas críticas, nomeadamente os aeroportos e outras infra-estruturas essenciais.

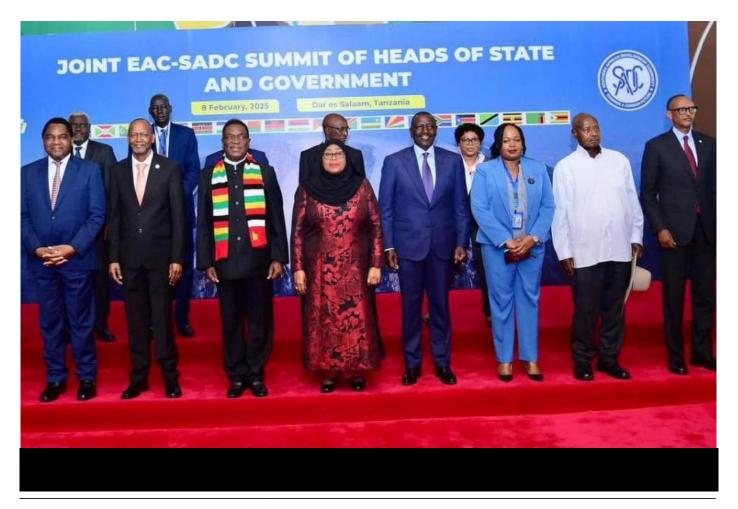
Restabelecer a confiança política e militar na região

A Cimeira Conjunta apelou à adopção de medidas de modo a restabelecer a confiança a nível político e militar, em concomitância com a negociação e a mediação, e determinou que o diálogo com as

partes em conflito vai ser efectuado pelos representantes da CAO-SADC no quadro da fusão dos Processos de Luanda-Nairobi, bem como a declaração de um cessar-fogo duradouro.

Exortou as Nações Unidas (ONU) a definir medidas e a conferir mandatos adequados para reforçar a capacidade da MONUSCO no sentido de apoiar o esforço de securitização das províncias do Kivu Norte e do Kivu Sul.

A Cimeira Conjunta incumbiu os co-presidentes da Cimeira Conjunta CAO-SADC no sentido de apoiar o Órgão da SADC, de dialogar com a União Africana e os líderes dos processos de Luanda e Nairobi sobre a necessidade de acelerar a fusão dos processos, o mais tardar até 31 de Março de 2025.



ANGOLA

País retira-se da mediação do conflito entre a RDC e o Rwanda

ngola considerou, esta segunda-feira, 24 de Março, a necessidade de se libertar da mediação do conflito no Leste da República Democrática do Congo (RDC) "para se dedicar de forma mais ampla às prioridades gerais da União Africana", que se prendem com a paz e segurança do continente no seu todo, entre outros aspectos.

Segundo um comunicado tornado público, Angola assegura que "com a Comissão da União Africana, serão dados nos próximos dias os passos necessários para se encontrar o país cujo Chefe de Estado, coadjuvado pela SADC, a Comunidade da África do Leste e os facilitadores, deverá assumir a medi-ação do conflito entre a RDC e o Rwanda".

Eis o comunicado na íntegra da Presidência da República sobre a medicação do conflito no Leste na RDC:

Desde que a União Africana incumbiu ao Presidente João Lourenço a responsabili-dade de mediar o conflito entre a República Democrática do Congo e o Ruanda, que Angola se empenhou com toda a seriedade, energia e recursos, com vista a se al-cançar a paz definitiva no leste da RDC e se normalizarem as relações entre os dois países vizinhos.

Ao fim de sucessivas rondas de conversações, foram alcançados importantes prog-ressos a nível ministerial em Dezembro de 2024, em que a RDC se comprometia a neutralizar as FDLR e o Ruanda a retirar as suas Forças de Defesa do território con-golês, para as linhas de fronteira entre os dois países.

Sendo essas as principais reivindicações das partes, estavam assim criadas as con-dições para a Cimeira de 15 de Dezembro passado que teria lugar em Luanda, o que acabou por não acontecer por ausência do Ruanda.

Angola sempre acreditou na necessidade de, paralelamente, haver também negoci-ações directas entre o Governo da RDC e o M23, tendo trabalhado para tal e conseguido o consenti-



mento de ambos para que a primeira ronda tivesse lugar em Luanda aos 18 de Março do corrente ano, acção abortada in extremis por um conjunto de factores, entre eles alguns externos e estranhos ao processo africano que decorria.

Consideramos bem-vindas todas as acções das Nações Unidas, de outros organismos internacionais e países de boa vontade, que podem contribuir para a resolução dos diferentes conflitos que perduram no nosso continente com vista ao calar das armas e o alcance da paz definitiva, desde que devidamente concertadas com os medianeiros designados, o Conselho de Paz e Segurança e com o Presidente da Comissão da União Africana.

Passados quase dois meses de ter assumido a Presidência pro tempore da União Africana, Angola considera a necessidade de se libertar da responsabilidade de medianeiro deste conflito do leste da RDC, para se dedicar de forma mais ampla às prioridades gerais definidas pela organização continental, que se prendem com a paz e segurança do continente no seu todo, às infra-estruturas, ao comercio livre continental, à luta contra as epidemias, endemias e pandemias, ao desenvolvimento económico e social e à justiça aos africanos e afro-descendentes através de repa-rações.

Com a Comissão da União Africana, serão dados nos próximos dias os passos necessários para se encontrar o país cujo Chefe de Estado, coadjuvado pela SADC, a Comunidade da África do Leste e os facilitadores, deverá assumir a mediação do conflito entre a RDC e o Ruanda.

SUDÃO DO SUL

País desmente presença de ugandeses

Governo do Sudão do Sul negou os relatos anteriores de que o Uganda tivesse enviado forças especiais para a sua capital. Juba.

O chefe militar do Uganda, o general Muhoozi Kainerugaba, disse que os soldados foram para o país vizinho a fim de ajudar o Presidente sulsudanês, Salva Kiir, a "proteger" a cidade.

A declaração surgiu na sequência de tensões crescentes entre Kiir e o seu adjunto, Riek Machar, aumentando os receios de que o seu frágil acordo de paz falhasse e um conflito recomeçasse.

"Protegeremos todo o território do Sudão do Sul como se fosse nosso", escreveu o general Kainerugaba na plataforma de redes sociais X.

O porta-voz do exército do Uganda, Felix Kulayigye, também confirmou a mobilização à BBC, mas recusou revelar pormenores.

O Governo do Sudão do Sul, através do Ministro da Informação, Michael Makuei, disse que as tropas do Uganda não estavam em Juba.

SUDÃO DO SUL

Presidente exonera governador do Alto Nilo

Presidente do Sudão do Sul, Salva Kiir, demitiu, o governador do estado do Alto Nilo, da oposição, e nomeou um general, em plena onda de violência que atingiu o Norte do país nas últimas duas semanas.

Segundo a Lusa, que cita a televisão estatal sul-sudanesa, o Presidente nomeou Koang Chuol Ranley como novo governador do Alto Nilo, em substituição de James Odhok, num decreto polémico que viola o acordo de paz de 2018 que pôs fim à guerra de cinco anos entre o Governo de Kiir e a oposição liderada pelo actual Vice-Presidente, Riek Machar.

A decisão surgiu em meio a uma onda de violência no Alto Nilo que se seguiu a um ataque da milícia do Exército Branco, originalmente ligada à oposição, a uma guarnição governamental na cidade de Nasir, no dia 4 deste mês.

Este facto desencadeou uma série de assassínios, detenções e uma campanha de bombardeamentos pelas forças governamentais em Nasir, acontecimentos que deslocaram cerca de 84 mil pessoas, informou, o ACNUR.

RWANDA

Kigali corta relações diplomáticas com Bélgica

Rwanda anunciou, a 17 de Março, o corte de relações diplomáticas com a Bélgica, acusando a antiga potência colonial de ter tomado partido por Kinshasa no conflito em curso na República Democrática do Congo (RDC).

O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Rwanda anunciou que o Executivo de Kigali notificou, hoje, o Governo da Bélgica da decisão de romper as relações diplomáticas "com efeito imediato".

Segundo a diplomacia daquele país, citada pela Lusa, a decisão está ligada às tentativas conside-



radas lamentáveis da Bélgica em querer manter "ilusões neocoloniais".

A Bélgica já lamentou a decisão do Rwanda considerando-a desproporcionada.

O Governo belga, em resposta, vai declarar "persona non grata" os diplomatas rwandeses colocados na Bélgica, avança a mesma fonte.

País exclui possibilidade de guerra com a Eritreia



Primeiro-Ministro da Etiópia, Abiy Ahmed, excluiu a possibilidade de invadir a vizinha Eritreia a fim de obter uma saída para o Mar Vermelho, defendeu o diálogo para alcançar esse objectivo, mas alertou para o risco de um novo conflito na região de Tigray, no Norte do país, onde confrontos entre duas fações do partido no poder estão a ameaçar um frágil acordo de paz.

Sobre este último alerta, Abiy Ahmed, numa intervenção no parlamento, advertiu que alguns indivíduos da região Norte de Tigray podem tentar desencadear um novo conflito contra o Governo federal do país, aproveitando a instabilidade e os desafios de segurança em outras regiões, como a vizinha Amhara.

De notar que a União Africana (UA) expressou recentemente a sua "profunda preocupação" com a situação no Norte do país. A Etiópia enfrenta conflitos recorrentes em algumas das suas regiões, incluindo Tigray, que está a recuperar de um conflito de dois anos. Amhara e Oromia.

Desde que chegou ao poder em 2018, Abiy Ahmed tem procurado estreitar os laços com a Eritreia, culminando num acordo de paz nesse ano para pôr fim a quase 20 anos de "estado de guerra", pacto pelo qual o Primeiro-Ministro foi galardoado com o Prémio Nobel da Paz em 2019.

A reaproximação também levou à participação da Eritreia na guerra de Tigray (2020-2022), onde apoiou o Governo federal etíope contra os rebeldes daquela região.

No entanto, a pressão da Etiópia para aceder ao mar gerou fricções, uma vez que a Eritreia encara esta exigência com desconfiança.

A Etiópia procurou, entretanto, rotas marítimas alternativas e, em Janeiro de 2024, assinou um acordo com a região separatista somali da Somalilândia para garantir o acesso ao Mar Vermelho através de uma base naval.

A Somália argumentou que o acordo era nulo e sem efeito e considerou que a Etiópia tinha

violado a sua soberania e integridade territorial.

O diferendo estremeceu as relações entre a Etiópia e a Somália e ameaçou um conflito no Corno de África, até que, em Dezembro de 2024, a Turquia mediou e os dois países vizinhos chegaram a um acordo para normalizar as relações bilaterais.

Entretanto, o parlamento da Etiópia aprovou um novo imposto para todos os trabalhadores como parte das medidas para preencher a lacuna financeira deixada pela suspensão do financiamento da agência de desenvolvimento dos EUA, a USAID.

A Etiópia, com mais de 125 milhões de habitantes, foi o maior beneficiário da ajuda dos EUA na África Subsaariana, tendo recebido cerca de 1,6 mil milhões de euros no ano financeiro de 2023.

Passageiros raptados em ataque a autocarro

Dezenas de passageiros de um autocarro na Etiópia foram sequestrados por homens armados na maior região do país, Oromia, quandoviajavam da capital, Adis Abeba. Os detalhes dos raptos, que ocorreram no início desta semana, estão apenas agora a começar a surgir.

O incidente aconteceu em Ali Doro, que fica perto de uma área onde cerca de 100 estudantes universitários foram raptados de forma semelhante quando regressavam a casa do campus, em Julho passado. Os sobreviventes e as autoridades locais atribuíram os raptos ao Exército de Libertação Oromo (OLA), um grupo rebelde que opera na zona. O grupo negou o envolvimento na altura.

Referindo-se ao incidente desta semana, o OLA disse ter recebido relatos dos raptos e que estava a "conduzir uma investigação".

De acordo com um relato de uma organização de comunicação social local, os passageiros dirigiam-se para Debre Markos, uma cidade na região de Amhara, quando foram atacados por homens armados, que trocaram tiros com as forças de segurança locais.

ETIÓPIA

Facção dissidente ocupa estação de rádio etíope

sta acção sucede, na sequência de uma luta pelo poder cada vez mais profunda dentro da Frente de Libertação do Povo Tigray (TPLF), que levantou preocupações de um retorno à guerra civil.

Um morador de Mekelle disse à BBC que as pessoas estavam retirando dinheiro de suas contas bancárias, temendo que a situação de segurança pudesse se deteriorar.

Na terça-feira, a mesma facção assumiu o controle de Adigrat, a segunda maior cidade de Tigray. Getachew Reda, presidente da administração interina de Tigray, acusou o grupo rival, liderado por Debretsion Gebremichael, de tentar removê-lo à força do cargo.

Na quarta-feira, Getachew pediu ao governo etíope que "fornecesse a assistência necessária", sem especificar o tipo de apoio.

Ele está actualmente na capital do país, Addis

Abeba, para "consultas com as autoridades federais", mas disse à BBC que pretende retornar a Tigray.

Num comunicado à imprensa na quinta-feira, Getachew acusou os seus rivais de conluio com a vizinha Eritreia, que estava envolvida na guerra civil de Tigray e tem uma relação turbulenta com o governo da Etiópia.

"Temos motivos para acreditar que actores externos estão envolvidos", disse ele, acusando a Eritreia de estar entre aqueles que pensam que "se beneficiariam da turbulência em Tigray".



MOÇAMBIQUE

Chapo e Mondlane abordam o futuro do país



Presidente de Moçambique, Daniel Chapo, reuniu-se com o ex-candidato presi-dencial Venâncio Mondlane para "discutir soluções face aos desafios que o país enfrenta", anunciou esta madrugada a Presidência da República.

Em comunicado, a Presidência explica que o encontro, o primeiro entre os dois, divulga-do publicamente depois do início da contestação nas ruas que se seguiu às eleições gerais de 9 de Outubro, aconteceu em Maputo e inseriu-se "no esforço contínuo de promover a estabilidade nacional e reforçar o compromisso com a reconciliação e a unidade dos moçambicanos".

"A resolução da crise pós-eleitoral e o fortalecimento do Estado democrático são metas prioritárias para garantir um país mais justo e inclusivo. O gesto do Presidente da República de dialogar com Venâncio Mondlane simboliza a vontade de construir pontes e promover um diálogo aberto e construtivo.

A disponibilidade para discutir soluções comuns representa ainda um avanço significativo na busca por um Moçambique pacifi-cado, unido e comprometido com o progresso coletivo", acrescenta o comunicado. Igualmente durante a madrugada de ontem, o Chefe de Estado publicou na sua conta oficial na rede social Facebook uma fotografia do encontro com Venâncio Mondlane, escrevendo: "Diálogo, diálogo, diálogo. Nossa missão, nossa prioridade".

De acordo com o comunicado da Presidência

da República, esse encontro "reforça a necessidade de aprofundar a reconciliação e consolidar um ambiente político estável, essencial para o desenvolvimento socioeconómico do país".

O encontro entre Daniel Chapo, eleito Presidente da República, e Venâncio Mondlane, que ficou em segundo lugar embora não reconheça os resultados oficiais das eleições gerais de 9 de Outubro, aconteceu poucas semanas depois da assinatura, em Maputo, no dia 5 de Março, do Compromisso Político para um Diálogo Nacional Inclusivo entre o Presidente da República e nove formações políticas que "participaram nas sessões de diálogo político até então realizadas", recorda a Presidência.

Entretanto, o parlamento moçambicano Reúne-se, a partir desta quarta-feira, na sua primeira sessão ordinária da legislatura, com a eleição dos membros do Conselho do Estado e a proposta de Orçamento do Estado para 2025 entre os temas em agenda.

Segundo a convocatória, a primeira na sequência das Eleições Gerais de 9 de Outubro de 2024, da agenda constam 26 pontos, incluindo ainda a informação anual do Procurador-Geral da República, a proposta do Programa Quinquenal do Governo 2025-2029, perguntas dos deputados ao executivo, ou o projeto de resolução da eleição dos membros do Conselho Nacional de Defesa e Segurança.

MOÇAMBIQUE

Avanços militares em Cabo Delgado

s Forças de Defesa e Segurança (FDS) moçambicanas abateram sete supostos terroristas na localidade de Nguida, distrito de Macomia, a cerca de 200 quilómetros da cidade de Pemba, província de Cabo Delgado.

Fonte da Força Local, paramilitares que apoiam as Forças Armadas no combate aos terroristas em Cabo Delgado, explicou à Lusa que os insurgentes caíram numa emboscada preparada pelas FDS, junto a um poço onde bebiam água.

"Tiveram conhecimento de que estavam a vir e eles foram fazer emboscada no poço. No campo de batalha ficaram sete mortos", relatou a fonte, a partir do distrito de Meluco.

Acrescentou que ficaram feridos vários rebeldes também, sem especificar o número, durante a emboscada, que se deu na passada sexta-feira, estando a situação actualmente sob controlo:

"A situação está calma, podemos considerar isso".

Numa outra acção, uma pessoa morreu e 63 casas foram queimadas na aldeia de Iba, província de Cabo Delgado.

Após o ataque, os insurgentes fixaram-se nas matas entre Pitolha e Mariria, distrito de Meluco, antes da partirem pelo rio Montepuez.

Entretanto, pelo menos 900 crianças deslocadas na província de Cabo Delgado estão a ser reintegradas no sistema nacional de educação, no âmbito do Programa de Educação Acelerada para menores que abandonaram o ensino devido a ataques terroristas.



MOÇAMBIQUE

País recebe meios militares da União Europeia

União Europeia anunciou, ontem, que entregou a Moçambique o último lote do equipamento aprovado ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, devido aos ataques terroristas em Cabo Delgado, avaliado em 85 milhões de euros.

"Moçambique recebeu o último lote de equipamento ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.

Trata-se do apoio da União Europeia ao povo moçambicano para restabelecer a segurança em Cabo Delgado, assim como no desenvolvimento e ajuda humanitária à província", referese numa informação da UE em Maputo.

Por outro lado, acrescenta que, através des-

te programa, a União Europeia "tem estado a apoiar as Forças Armadas moçambicanas na resposta à crise em Cabo Delgado com equipamento no valor de 85 milhões de euros".

O apoio às unidades militares moçambicanas treinadas pela Missão de Formação Militar da UE em Moçambique (EUTM-MOZ) envolveu o fornecimento de equipamento não letal, como capacetes balísticos, coletes ou redes de camuflagem, também equipamento colectivo como tendas de campanha, geradores e reservatórios de água, além de veículos, ambulâncias, barcos, drones e um hospital de campanha.



ARGÉLIA

França descarta intenção de guerra com a Argélia

Governo francês afirmou que a França não quer uma guerra com a Argélia, sustentando que é Argel quem está a atacar Paris, ao reagir à recusa argelina em receber de volta os seus cidadãos sujeitos a expulsão.

"Não somos beligerantes, não queremos a guerra com a Argélia. É a Argélia que nos está a atacar. A Argélia não deve impedir-nos quando estamos convencidos, com um documento de identidade, um passaporte, que o nacional é argelino.

A Argélia deve readmiti-lo", declarou o ministro do Interior francês, Bruno Retailleau, em declarações à emissora Sud Radio.

No meio de uma crise diplomática entre os dois países, o ministro apelou a uma "resposta gradual" a Argel, argumentando que podem ser aprovadas diversas medidas.



Para Ratailleau, uma resposta gradual significa que Paris pode dizer: "Não somos o agressor".

"Começámos a aplicá-la com a suspensão das facilidades para a 'nomenklatura' argelina", acrescentou o ministro, referindo-se ao questionamento dos acordos de 2007, que permitem que os titulares de passaportes diplomáticos não necessitem de visto. Na segunda-feira, a Argélia rejeitou a lista de argelinos expulsáveis fornecida por Paris dias antes, reiterando a sua "rejeição categórica das ameaças, intimidações, injunções e ultimatos" de França.

SENEGAL

França inicia processo de retirada de militares do Senegal

França anunciou ter iniciado o processo formal de retirada do Senegal. Na sexta-feira, Paris anunciou que tinha devolvido o controlo de duas instalações militares ao país da África Ocidental.

A entrega segue-se a uma declaração do Presidente do Senegal, Bassirou Diomaye Faye, no fim do ano passado, ordenando a saída de todas as tropas estrangeiras do país.

Paris criou uma comissão conjunta com Dakar no mês passado para organizar a retirada.

O exército francês anunciou recentemente o despedimento de 162 senegaleses que trabalhavam nas suas bases militares no país.

O novo Governo senegalês adoptou uma abordagem dura em relação à presença das tropas



francesas, no âmbito de uma reação regional mais ampla contra o que muitos consideram ser o legado de um regime colonial opressivo.

NÍGER

Governo anuncia retirada da OIF

Níger, um país governado por um regime militar hostil aos países ocidentais, anunciou a sua retirada da Organização Internacional da Francofonia (OIF), num comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

"O Governo do Níger tomou a decisão soberana de se retirar da Organização Internacional da Francofonia", escreveu o secretário-geral do ministério, Laouali Labo, numa carta enviada aos embaixadores do país.

O Níger foi suspenso da organização alguns meses após o golpe de Estado que derrubou o Presidente eleito, Mohamed Bazoum, em Julho de 2023. A OIF exigiu o rápido regresso à ordem constitucional e a libertação de Mohamed Bazoum, que se encontrava sequestrado no palácio presidencial com a sua mulher desde o golpe de Estado.

Em resposta, as autoridades nigerinas anuncia-



ram a suspensão da sua cooperação com a OIF.

Desde a sua chegada ao poder, a junta militar tem seguido uma política soberanista, tendo rompido as relações diplomáticas e militares com a sua antiga potência colonial, a França, nomeadamente obtendo a saída dos soldados gauleses estacionados no seu território.

NÍGER

Exército resgata 50 migrantes no deserto

inquenta migrantes "em perigo" foram resgatados no fim de semana no deserto a norte do Níger, perto da fronteira com a Líbia, um ponto de passagem a caminho da Europa, anunciou ontem o exército nigerino.

Os 50 migrantes, entre os quais 20 mulheres e 12 crianças, encontravam-se "em perigo, em condições climatéricas extremas", quando o veículo que os transportava avariou na sexta-feira, informou o exército no seu último relatório de operações.

Segundo indicou, foi um destacamento da Brigada de Intervenção Rápida do exército que Ihes "prestou socorro" na zona de Djado, no Níger, a cerca de 200 quilómetros da fronteira com a Líbia. Os migrantes receberam "cuidados de emergência" após terem sido transportados para o "poço da esperança", uma fonte de água rara



nesta região onde os viajantes e milhares de migrantes param frequentemente durante a perigosa travessia do deserto.

O exército não especificou as nacionalidades das 50 pessoas, que se dirigiam para a Líbia. Em 2024, mais de 31 mil migrantes foram expulsos da Argélia para o vizinho Níger, segundo a organização não governamental (ONG) nigeriana Alarme Phone Sahara (APS), que diz tratar-se de um número recorde.

No passado mês de Janeiro, 770 migrantes nigerinos, incluindo cerca de 60 crianças, foram expulsos da Líbia, segundo o exército.

Embaló defende reforço dos poderes presidenciais



Presidente guineense, Umaro Sissoco Embaló, disse à Lusa que, na próxima revisão constitucional, irá propor que o país adopte o semipresidencialismo com pendor presidencial, ao contrário da actual tendência parlamentar.

Numa entrevista à Lusa, em que Embaló admitiu "todas as perguntas", o chefe de Estado guineense comentou a sua visão sobre o regime que o país deve adoptar com a revisão constitucional que, disse, irá avançar proximamente.

Em Maio de 2020, três meses após assumir a presidência da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló instituiu uma comissão de juristas para propor um novo texto constitucional, mas a medida foi rejeitada pela classe política que defende que o Presidente não pode ter iniciativa de revisão da Consti-

tuição, a qual atribui esta prerrogativa à Assembleia Nacional Popular.

Na entrevista à Lusa, Embaló afirmou que "este processo vai avançar, só está adormecido, mas vai avançar".

"Não é para fortificar o Presidente da República, porque o Presidente da República da Guiné-Bissau é o chefe do Executivo. Eu defendo esse regime que nós temos aqui com pendor presidencialista, não defendo o presidencialismo", declarou.

A actual Constituição guineense prevê que o Presidente da República pode presidir ao Conselho de Ministros, "quando entender", mas estipula que "o Primeiro-Ministro é o Chefe do Governo, competindo-lhe dirigir e coordenar a acção deste e assegurar a execução das leis".

GUINÉ-BISSAU

Exonerada ministra acusada de corrupção

Presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló, exonerou a ministra da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Fatumata Djau Baldé, alvo de investigações judiciais por alegada prática de corrupção. A exoneração foi tornada pública através de um decreto presidencial que não indica, contudo, as razões.

"É a senhora Fatumata Djau Baldé, exonerada do cargo de ministra da Agricultura e Desenvolvimento Rural para que havia sido nomeada pelo decreto Presidencial de 20 de Dezembro de 2023", refere-se no documento a que a Lusa teve acesso.

A governante tem estado no centro de uma polémica com o presidente do Partido dos Trabalhadores da Guiné (PTG), Botche Candé, que é igualmente ministro do Interior e que a acusa de alegado desvio de "muito dinheiro" no Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Djau Baldé é uma conhecida activista pelos Direitos das Mulheres na Guiné-Bissau, nomeada-



mente na luta contra o casamento precoce e excisão, mas que, entretanto, entrou para a política.

Na semana passada, Botche Candé exonerou Baldé do cargo de quarta vice-presidente do PTG e, ontem, foi demitida pelo Chefe de Estado do cargo de ministra.

Candé acusa Baldé de ter desviado dinheiro proveniente de venda de fertilizantes que o Senegal ofereceu à Guiné-Bissau para apoiar os agricultores.

GUINÉ-BISSAU

Embaló acusa RDP-África de hostilização à sua pessoa

Presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló, considerou que a estação africana da Radiodifusão Portuguesa (RDP-África) é hostil à sua pessoa como o foi com Serifo Nhamadjo e Malam Bacai Sanhá, antigos líderes guineenses, já falecidos.

Sissoco Embaló reagia assim a uma reportagem recentemente divulgada pela RDP-África no qual são citados os caminhos por si percorridos desde a infância até chegar à Presidência da Guiné-Bissau, em Fevereiro de 2020.

A reportagem é baseada em testemunhos de cidadãos guineenses e ainda em recolha de informações sobre a vida de Embaló. À saída de uma reunião com a associação de régulos (chefes tradicionais), o Presidente guineense, questionado por um jornalista, comentou a reportagem da RDP-África para dizer que a estação é-lhe hostil.

"As pessoas que falaram nessa reportagem não conhecem a minha infância, mas quero vos dizer que a RDP é hostil à minha pessoa, como também foi hostil à Serifo Nhamadjo e Malam Bacai Sanhá. Olhem os nomes que vos citei", salientou Umaro Sissoco Embaló. Embaló, Nhamadjo e Bacai Sanhá são todos de confissão muçulmana.



UGANDA

Juíza condenada no Reino Unido por tráfico humano e conspiração

ma juíza do Uganda foi considerada culpada de tráfico humano e conspiração para intimidar uma pessoa.

Lydia Mugambe, juíza do Tribunal Superior do Uganda e funcionária judicial

da ONU, foi detida ao abrigo da Lei da Escravatura Moderna no Reino Unido. As imagens da polícia mostraram que ela expressou incredulidade quando os agentes a informaram das acusações.

Insistiu que tinha imunidade diplomática e negou qualquer irregularidade.

Durante o julgamento, os procuradores argu-



umentaram que Mugambe tinha explorado uma jovem ugandesa, enganando-a sobre o propósito da sua viagem para o Reino Unido e sujeitando-a a condições de trabalho injustas.

A acusação alegou, ainda, que ela conspirou com o vice-alto-comissário do Uganda.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Governo são-tomense denuncia alegado negócio

ministra são-tomense da Educação denunciou um alegado negócio de envio de estudantes para formação profissional em escolas de Portugal que "não têm condições mínimas" e prometeu medidas para "pôr cobro a essa situação".

"Nesses últimos anos, a imagem de São Tomé e Príncipe tem-se degradado de uma forma que nós temos que pôr cobro a essa situação e responsabilizar as pessoas que enviam os estudantes, principalmente para Portugal. Alguns até, eu não tenho problemas em dizer, que fazem negócio com essa inscrição dos estudantes em formações profissionais. As escolas não têm condições mínimas nem de alojamento, nem dos materiais", apontou Isabel Abreu.

A ministra de São Tomé e Príncipe falava no final de um encontro com representantes de associa-

ções, fundações, outras instituições e pessoas que têm promovido o envio de estudantes são-tomenses para Portugal.

A ministra da Educação admitiu que "tem havido muitos problemas com jovens estudantes no exterior do país, principalmente aqueles que vão fazer formação técnica profissional" em Portugal.

A preocupação foi analisada no Conselho de Ministros da semana passada, que orientou a ministra da Educação a adoptar medidas para o melhor seguimento destes processos.



ÁFRICA DO SUL

Oposição solidária com Presidente Ramaphosa

s partidos da oposição na África do Sul pediram que o Presidente não seja "intimidado" pelos EUA depois de Washington ter expulsado o embaixador Ebrahim Rasool, dando-lhe apenas 72 horas para abandonar o país.

Rasool foi declarado uma pessoa indesejada depois de o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, o ter chamado de "político que incita ao racismo e odeia a América", na sexta-feira.

As tensões entre a África do Sul e os EUA têm vindo a decair desde que o Presidente norte-a-mericano, Donald Trump, assumiu o poder. No entanto, o ministro das Relações Internacionais



sul-africano, Ronald Lamola, disse à emissora estatal SABC que "não é útil envolver-se em diplomacia no Twitter", afirmando que os dois países precisam de falar "cara a cara".

Outros políticos foram menos comedidos nas suas respostas. O partido de oposição Economic Freedom Fighters (EFF), de Julius Malema, emitiu uma declaração contundente contra os EUA, pedindo ao Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, "que não permita que o país seja intimidado pelo palhaço laranja que ocupa a Casa Branca".

GUINÉ EQUATORIAL

País apresenta reformas no sector petrolífero

Guiné Equatorial anunciou um conjunto de reformas para reavivar a produção de petróleo no país, incluindo uma nova ronda de licenciamento de poços e a aposta no gás natural como "o combustível do futuro".

O gás "não é apenas um combustível de transição para nós, será também a energia para o futuro", disse o ministro das Minas e Hidrocarbonetos, Antonio Oburu Ondo, citado num comunicado de imprensa da consultora Energy Capital Power, uma entidade que promove o investimento petrolífero em África e organizadora da conferência African Energy Week.

O governante da Guiné Equatorial, falando numa conferência em Houston, nos Estados Unidos, apresentou aos investidores um conjunto de reformas em curso, entre as quais uma nova ronda de licenciamento de exploração de poços de petróleo, reformas de âmbito fiscal e políticas amigas dos investidores para captar mais investimento neste país africano de língua oficial portuguesa.

"Esperamos um aumento da participação do mercado à medida que os novos regulamentos entram em vigor", disse o ministro, que afirmou também que a Guiné Equatorial está a trabalhar com o Banco dos Estados da África Central "num plano para implementar excepções para as companhias e grandes operadores" poderem retirar os lucros da região

No ano passado, o banco anunciou um conjunto de restrições ao repatriamento de capitais e lucros das empresas, no âmbito de medidas de combate aos fluxos ilícitos, que foram então criticados pelos países, argumentando que isso dificultaria a chegada de novos investidores.



Guterres defende revisão das Operações de Paz da ONU

Secretário-Geral da ONU admitiu, segunda-feira, que as Operações de Paz da organização enfrentam "uma interacção complexa de ameaças", defendendo uma ampla revisão para as adaptar aos desafios actuais e futuros.

Num debate do Conselho de Segurança da ONU focado na resposta às Operações de Paz a novas realidades, António Guterres destacou a importância dessas operações, nomeadamente na protecção de comunidades em alguns dos lugares mais perigosos do Planeta, e não só, mas também a nível da diplomacia preventiva, da pacificação, verificação de acordos de paz, negociações de cessar-fogo até à implementação no terreno, passando ainda por apoio eleitoral e missões de observação.

"Desde que a primeira missão política especial e operação de manutenção da paz foram implantadas em 1948, as nossas Operações de Paz cresceram, adaptaram-se e evoluíram. Vez após vez, permitiram-nos montar respostas personalizadas que salvaram vidas, reduziram a violência, impediram a expansão e o transbordamento de conflitos mortais e interromperam atrocidades", observou.





O antigo Primeiro-Ministro português ressaltou que as Operações de Paz são um exemplo de que quando a ONU se reúne para enfrentar desafios, o fardo fica menor para os países individualmente.

Contudo, Guterres indicou que os 'capacetes azuis' enfrentam sérias barreiras que exigem novas abordagens, desde guerras cada vez mais complexas, duradouras e mortais, a acordos negociados mais difíceis de alcançar, numa

"interacção complexa de ameaças, muitas das quais não respeitam as fronteiras nacionais".

"Terror e grupos extremistas, crime organizado, a militarização de novas tecnologias e os efeitos das mudanças climáticas estão a testar as nossas capacidades de resposta. E, lamento dizer, as divisões geopolíticas estão a minar a paz. (...) Este é um diagnóstico sombrio", reflectiu o líder da ONU. Nesse sentido, Guterres indicou estar em marcha uma revisão para examinar criticamente as ferramentas disponíveis e propor recomendações concretas para tornar as Operações de Paz adequadas aos desafios actuais e futuros.

O processo vai incluir consultas extensas com Estados-membros, Estados anfitriões, países contribuintes de tropas, polícias e contribuintes financeiros, para além das organizações regionais, sociedade civil e academia, além dos próprios líderes e especialistas da ONU, de forma a conseguir um amplo espectro de visões.

SUDÃO

País suspende todas as importações do Quénia em protesto, depois que as Forças

O Sudão suspendeu todas as importações do Quénia em protesto, depois que as Forças de Apoio Rápido (RSF) paramilitares, que estão a lutar contra o Exército numa guerra civil de dois anos, foram hospedadas em Nairobi. No mês passado, as RSF e os seus grupos políticos e armados aliados assinaram uma carta de fundação no Quénia expressando a intenção de formar um governo paralelo no Sudão.



governo militar do Sudão disse que a proibição de importação era para preservar a soberania do país e "proteger sua segurança nacional".

O país devastado pela guerra importa vários produtos do Quênia, incluindo chá, alimentos e produtos farmacêuticos.

"A importação dos produtos vindos do Quénia através de todos os portos, travessias, aeroportos e portos será suspensa a partir deste dia até novo aviso", refere um decreto emitido, ontem, pelo Ministério do Comércio do Sudão. Ele estipula que "todas as autoridades relevantes aplicassem a proibição imediatamente".

O Presidente do Quênia, William Ruto, enfrentou críticas generalizadas no seu próprio país pelos seus laços estreitos com o RSF.

No mês passado, o Sudão chamou de volta o seu embaixador no Quênia em protesto contra o envolvimento de Nairobi numa "conspiração para estabelecer um Governo" para as RSF.

O Sudão acusou o Quénia de sediar reuniões da RSF, dizendo ser "equivalente a um acto de hostilidade". Mas o Quénia defendeu o seu papel, afirmando que sediar as reuniões fazia parte dos esforços para encontrar soluções para acabar com a guerra no Sudão "sem segundas intenções".

Ambos os países tradicionalmente desfrutam de fortes relações comerciais, com o Quénia a ser um parceiro importante para o Sudão, particularmente na Agricultura e na manufactura. O Quénia exporta uma variedade de produtos para o Sudão, sendo o chá a mais significativa, seguido por café, tabaco e outros produtos, como sabonetes, equipamentos eléctricos e produtos farmacêuticos. O Governo queniano ainda não comentou a proibição, mas o ministro da Agricultura, Mutahi Kagwe, disse, recentemente, que o seu país estava a usar vias diplomáticas para enfrentar os desafios de acesso ao mercado no Sudão.

SOMÁLIA

Presidente escapa a atentado à bomba do Al-Shabab

O Presidente da Somália, Hassan Sheikh Mohamud, escapou ileso de um ataque do grupo terrorista somali Al-Shabab, que detonou uma bomba quando a sua caravana automóvel passava pela capital do país, Mogadíscio, informaram fontes oficiais.

phamud "está a caminho da linha da frente em que, irá liderar e apoiar o heroico Exército Nacional da Somália lado a lado na luta contra o terrorismo", confirmou o secretário principal do Presidente Zakariye Hussein, na sua conta do X.

"A batalha pela libertação da nossa nação continua com uma determinação inabalável, sem se deixar intimidar pelo medo e pelas falsidades.

A Somália prevalecerá", acrescentou Hussein.

O secretário-geral divulgou vários vídeos do Presidente a visitar zonas do Sul da Somália para "intensificar a luta contra os terroristas" e encorajar as tropas que combatem os extremistas.

O conselheiro para a segurança nacional da Somália, Hussein Sheikh Ali, referiu também no X que "o Presidente da República está em segurança e em digressão".

A bomba causou uma grande explosão no cruzamento de Ceel-Gaabta, no distrito de Waaberi, na capital, quando a caravana presidencial passava pela zona. A explosão destruiu um edifício vizinho e nos seus escombros os serviços de emergência descobriram o corpo do jornalista Mohamed Abukar Dabashe, que morreu devido ao impacto da explosão, noticiaram os órgãos de comunicação social locais.

Em comunicado, o Al-Shabab reivindicou a autoria do atentado, afirmando que os seus membros "levaram a cabo uma operação especial em Mogadíscio", na qual atacaram "uma caravana de veículos" que transportava Mohamud quando este "deixava o palácio presidencial e se dirigia para o aeroporto" da capital



somali. Pelo menos 17 jornalistas de meios de comunicação social locais e internacionais foram detidos no local do ataque, informou o Sindicato dos Jornalistas da Somália (SJS).

A Somália intensificou as operações militares contra o Al-Shabab desde que Mohamud anunciou, em Agosto de 2022, uma "guerra total" contra os terroristas.

EXÉRCITO É APOIADO PELA UNIÃO AFRICANA

Desde então, o exército, apoiado por sucessivas missões da União Africana (UA), tem levado a cabo ofensivas contra o grupo, por vezes com a colaboração militar dos Estados Unidos e da Turquia em bombardeamentos aéreos.

O Al-Shabab, grupo afiliado desde 2012 à rede terrorista Al-Qaeda, ataca frequentemente em Mogadíscio e noutras zonas do país com o objectivo de derrubar o Governo central - apoiado pela comunidade internacional - e instaurar um Estado islâmico de tipo wahhabi (ultraconservador).